

# CEDI

## Povos Indígenas no Brasil

Fonte O Estado de São Paulo

Class.: 109

Data 18 de Julho de 1975

Pg.: \_\_\_\_\_

# Igreja aceita desafio na AM

LUCIO FLAVIO PINTO e  
MANOEL LIMA

MANAUS — A Igreja apoia e defende populações que estão ameaçadas de extinção ou estão sendo marginalizadas na Amazonia devido, principalmente, ao crescimento desordenado e injusto incentivado pelos planos oficiais de desenvolvimento. Como essa atitude é recebida com reservas ou grandes reações pelo governo, o que deve fazer a Igreja: Recuar ou aceitar esses riscos, aprofundando o exame da realidade e ampliando seu trabalho de conscientização?

No encontro de ontem, quando os 300 padres e bispos que vieram para o nono Congresso Eucarístico Nacional discutiram sobre quem deve ser beneficiado pela ação da Igreja. Essa foi a questão principal colocada pelos grupos de estudo. Apesar do desinteresse ou omissão da maioria dos participantes, da desinformação dos religiosos sulistas e das críticas veladas do clero mais antigo, vários bispos, todos eles da Amazonia, reafirmaram os compromissos, firmados em Goiânia, de que a ação pastoral mais importante da Igreja na região é para com os posseiros, os trabalhadores volantes e os índios.

A conclusão, até surpreendente para os presentes, é de que a Igreja, abandonando sua "aliança com os poderosos" e optando "real e eficazmente pelos oprimidos e marginalizados", está ameaçada de perder o seu rebanho: os índios estão sendo transformados "em brasileiros" porque a Funai existe para destruir suas culturas e tirá-los de uma situação de independência e autonomia para criar a dependência em relação ao Estado. Os desmatadores, recrutados para abrir as áreas onde serão implantadas as fazendas beneficiadas pelos incentivos fiscais, são dispensados logo depois, confinam-se em terras não ocupadas e marginalizam-se inteiramente; os agricultores

são expulsos de suas terras sempre que elas são cobigadas pelos grandes proprietários e emigram para as cidades em busca de emprego; a colonização oficial fracassou e desiluiu o agricultor imigrante, mas o governo só vê como saída criar grandes propriedades, que nada mais são do que a causa fundamental do problema fundiário.

"Por incrível que pareça, não há mais terra para repartir na Amazonia. Se alguém vai ocupar um pedaço, logo surge alguém e apresenta um título de propriedade, que nem sempre tem um valor duvidoso mas é reconhecido e serve para expulsar o posseiro", disse dom Estevão Avelar, bispo de Marabá, que fez uma das mais energéticas intervenções. "Por que os ricos têm terras e os pobres não? Fiz essa pergunta a um membro do governo e ele não soube me responder. Por isso, os bispos acham que não se resolverá a questão fundiária com a colonização e sim com a reforma agrária, que sempre implica na desapropriação das melhores terras para redistribuição entre um maior número de produtores."

Dom Estevão narrou alguns casos de uso de títulos fraudulentos que provocaram a expulsão dos posseiros. "Na estrada Belém-Marabá existe um tal de José Goiano que tem um título de 1903 escrito com ortografia moderna". Se o posseiro sempre é esmagado por esses interesses, as esperanças do colono nordestino trazido para a Transamazônica foram desmanchadas: "O próprio governo reconheceu que ela fracassou."

O representante da Paraíba perguntou se esse fracasso "não foi provocado pelos grandes latifundiários, que não querem ver a colonização prosperar".

Ninguém pôde responder (inclusive porque uma das grandes limitações nas denúncias feitas pela Igreja "é que nós não dispomos de assessoria jurídica e conhecimentos técnicos e, muitas vezes, o que dizemos, motivado pela revolta contra as injustiças, não é levado a sério"). Mas o bispo do Acre, dom Moacyr Grechi, que abriu a sessão, disse que o problema de terras na Amazonia "é muito mais amplo e grave do que pensamos: Em toda a região posseiros e pequenos produtores estão sendo expulsos para a instalação da grande empresa". Grechi garantiu que os bispos da Amazonia "não querem substituir o governo, mas sentem a necessidade de que a Igreja assumira uma atitude em conjunto, realista e corajosa".

## Pastoral recomenda ação para defender os índios

Além da questão de terras, a indígena deverá colocar em posições cada vez mais frontais governo e Igreja. Ontem, os padres fizeram muitas denúncias contra a tutela que o Estado exerce sobre os índios, vendo nela não apenas uma forma de obter lucros materiais com a exploração do patrimônio indígena, mas também de descharacterização cultural e extermínio do índio. "A política da Funai é a de eliminar o problema indígena eliminando o próprio índio", comentava um bispo. Por isso, o combate à tutela estatal será uma das principais plataformas da Pastoral na Amazonia, "porque se um brasileiro quando nasce já é considerado um ser autônomo, por que o índio tem que ter um tutor?"

Os religiosos acham que a Funai está fazendo um jogo duplo; elogia e apóia o trabalho de alguns missionários, que só querem dar a assistência espiritual e não estão dispostos a criar conflitos, e ataca o CIMI (Conselho Indigenista Missionário). Mas se ainda existem alguns missionários que não ultrapassaram a visão tradicional de relacionamento com os índios (vistos como pecadores que precisam ser convertidos), muitos outros perceberam que devem dar prioridade à conscientização dos índios para que lutem por seus direitos e possam explorar as terras que ocupam.

Mesmo que a Igreja não optasse por esse trabalho de conscientização, os próprios índios já perceberam que a Funai faz apenas promessas e nunca os defende. "Vi um chefe horroroso dizer de frente ao presidente da Funai que esperaria mais um mês para que ele tirasse os fazendeiros das áreas indígenas. Depois, matariam os fazendeiros", relatou um bispo da Amazonia. Outro, do Rio Negro, denunciou a morte de 300 índios waimiri-atroari em menos de três anos. No final, todos concordaram que devem unir-se e apoiar o CIMI, "que agora nos tem orientado". Mas pediram "a CNBB que dê mais recursos ao Conselho Indigenista, porque ele está muito abandonado".

Os líderes de comunidades de base abandonaram as discussões sobre problemas religiosos de suas áreas e parti-

ram para uma crítica mais radical sobre o abandono em que vivem as comunidades indígenas na Amazonia, "sujeitas a uma política divorciada da realidade comunitária e religiosa, porque o que está preocupando o governo é a dinamização que pretende dar à sua política indigenista, falha, sem observar as distorções que os índios sofrem ao enfrentar as frentes pioneiras de penetração". Insistiram os líderes na necessidade de a Igreja rever os seus princípios canônicos e encontrar uma solução para os claros existentes no clero na Amazonia, "sem o que a Pas-

toral estará fadada ao insucesso, a novos erros e falhas, pois a falta de religiosos tem sido o grande obstáculo para o desenvolvimento das comunidades da base na região".

A valorização das lideranças de base, por parte da hierarquia da Igreja, formação de novos líderes e uma maior participação das lideranças nas decisões da alta cúpula da Igreja foram algumas das muitas reivindicações feitas pelos líderes aos coordenadores do encontro. Os líderes desejam ainda maior coerência "do que se fala com o que se faz realmente".